

ACTA N ° 05/ AM /2011

ACTA DA ÚNICA REUNIÃO DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTIAGO DO CACÉM DO DIA DEZASSEIS DE DEZEMBRO DE DOIS MIL E ONZE-----

Aos dezasseis dias do mês de Dezembro de dois mil e onze, reuniu pelas vinte e uma horas, na Sala de Sessões da Sede do Município de Santiago do Cacém, em Sessão Ordinária, a Assembleia Municipal de Santiago do Cacém, com a seguinte: -----

-----ORDEM DO DIA: -----

1. Expediente -----

2. Actas-----

3. PROPOSTAS DA CÂMARA MUNICIPAL-----

a) Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2012; -----

b) Mapa de Pessoal para 2012; -----

c) Lista de Candidatos a Juizes Sociais (artº 36 do Decreto Lei nº 156/78, de 30 de Junho); -----

d) Relatório – Actualização do Diagnóstico Social do Município de Santiago do Cacém”.-----

4. ACTIVIDADE AUTÁRQUICA -----

Efectuada a chamada verificou-se estarem presentes os membros: Ramiro Francisco Guiomar Beja, Alexandre António Cantigas Rosa, José Élio Sucena, Paula Maria Daniel de Melo Lopes, Maria Dulce das Candeias Pereira Rito Almeida, Nuno Alexandre Vilhena Braz, Igor Filipe Almeida Guerreiro, Maria da Conceição Pinela Pereira, Joaquim António Gamito, Francisco José Alves Barbosa de Castro Roque, Sandra Maria Brás Coelho, Teresa Isabel Matos Pereira, António João Antunes Isidoro, Maria de Fátima Lamas José Afonso Boavida, Fernando Augusto Pereira de Sousa, Daniel Edgar Bernardo Silvério, Luís de Assis Candeias de Jesus Silva do Ó, Ângela Isabel Botelho Baltazar, Ana Raquel Varela Hilário da Cunha Nunes, Rui Estevam de Matos, Rui Manuel da Conceição Madeira dos Santos, Sérgio Manuel da Silva Santiago, Alberto Manuel de Sousa Dias de Brito, Hélder António Pereira Nunes, Vítor Paulo de Jesus Miguel Barata, Armando Vítor Rodrigues Climas, Joaquim António Gonçalves, Pedro Miguel Candeias Pereira Gamito e Fernando Gonçalves dos Santos. -----

Não compareceram os membros: Hugo Manuel Reis Lopes Pires Ferreira, João Saraiva de Carvalho e Jaime António Pereira Pires de Cáceres. -----

Verificou-se ainda a presença do Senhor Presidente da Câmara Municipal, Vítor Proença e dos Senhores Vereadores Margarida Santos, Arnaldo Frade, José Rosado, Álvaro Beijinha e Carlos Pereira Dias.-----

Foi dado início aos trabalhos da seguinte forma:-----

-----ANTES DA ORDEM DO DIA:-----

LINHA FERROVIÁRIA DO SUL SEM COMBOIOS REGIONAIS -----

O Senhor Rui Madeira, eleito da CDU, informou que, desde o dia doze do mês em curso, deixaram de circular os comboios regionais na linha ferroviária do Sul, entre Barreiro e Faro, por decisão da CP – Empresa dos Caminhos de Ferro, acrescentou que esta medida foi, de imediato, contestada pelo autarcas dos municípios afectados, os quais tomaram uma posição conjunta, para suspensão da mesma, tendo em conta que esta decisão está a afectar as populações do interior que utilizavam aquele meio de transporte para se deslocarem a Faro, Setúbal e Lisboa, onde vão a consultas, para as universidades e tratar de assuntos diversos. Acrescentou que o comboio regional chegava a Setúbal às oito horas e trinta minutos e saía às dezassete horas e trinta minutos, tendo as pessoas um dia inteiro para tratar dos seus assuntos, o que não acontece agora com o comboio Intercidades, não sendo os horários compatíveis com as necessidades das pessoas, para além de não parar em Alvalade e em Setúbal. -----

Mais informou que esta situação levou a uma concentração de autarcas e população em Alvalade, todos unidos na reivindicação pela alteração dos serviços de transporte ferroviário, para que este sirva as pessoas. Mensagem esta que remeteram ao Secretário de Estado dos Transportes, apelando para que seja repensada aquela decisão. -----

No sentido de reforçar esta posição, o Senhor Rui Madeira apresentou a seguinte proposta de “Moção:-----

CONTRA O ENCERRAMENTO DO SERVIÇO DE COMBOIOS REGIONAIS DA LINHA DO SUL-----

Os utentes da Linha do Sul, ferrovia pertencente à CP – Comboios de Portugal, irão ser afectados por uma decisão da administração desta Empresa Pública, com o encerramento do serviço do Comboio Regional.-----

Esta é uma decisão gravosa que vai eliminar serviços públicos de proximidade, essenciais para as populações, de forma muito especial para milhares de reformados e pensionistas, que tinham aí como oferta um serviço de transporte público e de qualidade.-----

Por este injustificado encerramento, os utentes não tem alternativa que seja considerada viável para ter acesso a este, que é o único transporte público na maioria dos lugares, que dá acesso a Lisboa, Setúbal e Faro, localidades onde se encontram os serviços procurados pelos utentes do serviço deste meio de transporte.-----

Esta medida promotora da assimetria cada vez maior entre o interior e o litoral, não se coaduna com o desenvolvimento pretendido pelos autarcas que defendem este serviço nas suas freguesias e municípios.-----

É ainda de salientar que o serviço público de transportes ferroviários existe nestas estações desde a construção da linha, há quase 100 anos, e que constitui parte do património e história de vida destas populações.-----

A Assembleia Municipal de Santiago do Cacém, reunida a 16 de Dezembro de 2011, delibera:-----

. Repudiar o encerramento do serviço de comboios regionais da Linha do Sul, por ser gravosa para as populações de vastas zonas do interior;-----

. Solicitar à Administração da CP – Comboios de Portugal, e ao Governo Português a suspensão imediata desta medida;-----

. Solicitar ainda à Administração da CP – Comboios de Portugal e ao Governo a reavaliação dos itinerários e horários do serviço de comboios Intercidades, tendo em vista encontrar soluções que permitam servir em melhores condições a Cidade de Setúbal, o Concelho de Alcácer e o Concelho de Santiago do Cacém.”-----

O Senhor Presidente colocou a proposta de Moção para discussão.-----

Interveio o Senhor Alberto de Brito, eleito do PS, que referiu concordar com o exposto pelo Senhor Rui Madeira, discordando também da supressão de todos os comboios regionais daquela linha, ao todo, seis comboios nos dois sentidos, acrescentando que o comboio Intercidades não serve as pessoas, porque passa em Ermidas entre as doze e as treze horas e o último sai de Lisboa às dezasseis horas, e não para em Setúbal, só no Pinhal Novo. Mais referiu que a situação ficou pior do que estava, considerando que deveriam ser alterados os horários do Intercidades e repostos alguns comboios regionais. O Senhor Alexandre Rosa, eleito do PS, referiu estar de acordo com o proposto, por razões óbvias, acrescentando que o documento estava bem escrito, expondo os problemas de uma forma apropriada para uma abordagem com o Governo, pelo que os eleitos do PS, iriam votar a favor. Contudo, considerou que seria de acrescentar uma nota ao documento, de forma a integrar a preocupação relativa ao comboio Intercidades, no que respeita aos horários e à necessidade do mesmo parar em Setúbal e em Alcácer do Sal.-----

Os proponentes da Moção aceitaram a inclusão da nota atrás referida, a qual passou a integrar o documento acima transcrito. -----

Interveio o Senhor Joaquim Gamito, eleito da CDU, começando por desejar a todos os membros da Assembleia e Executivo Municipal um Bom Natal e Feliz Ano Novo, extensivo aos trabalhadores das Autarquias e população em geral.-----

Relativamente ao assunto em apreço, deu conta da sua preocupação sobre a situação criada em Alvalade, deixando aqueles que mais necessitam de transporte sem alternativa. Acrescentou estar disponível para todas as acções que possam contribuir para resolver este problema. -----

Não havendo mais inscrições para o uso da palavra, o Senhor Presidente colocou a **proposta** de Moção a votação, a qual foi **aprovada, por unanimidade.** -----

MOÇÃO – SERVIÇO NACIONAL DE SAÚDE – AUMENTO DE PREÇOS -----

Pelo Senhor Vítor Paulo Barata, em representação dos eleitos da CDU, apresentou a seguinte **proposta de Moção:** -----

“. Considerando que a Constituição da República Portuguesa consagra a existência de um Serviço Nacional de Saúde, tendencialmente gratuito. -----

. Considerando que o D. L. nº 113/2011 permitirá o aumento das taxas moderadoras para o dobro. -----

. Considerando que este brutal aumento deita por terra as promessas feitas pelo governo em matéria de consultas nos cuidados primários de saúde. -----

. Considerando que no caso das urgências constitui uma penalização duplamente injusta na medida em que grande parte da população não tem alternativa que não seja a de recorrer a esses serviços devido à insuficiência de resposta ao nível dos cuidados primários de saúde. -----

. Considerando que o governo se prepara para restringir ainda mais o transporte não urgente de doentes, o que tem impedido milhares de portugueses de aceder às consultas, exames e tratamentos por ausência de meios para se deslocarem. -----

. Considerando que esta decisão do governo é tanto mais grave quando ocorre num quadro de agravamento da situação social e económica do País. -----

A Assembleia Municipal de Santiago do Cacém, reunida em 16 de Dezembro de 2011, delibera repudiar este verdadeiro sistema de co-pagamento do SNS, de resto, anticonstitucional e grandemente restritivo do acesso aos cuidados de saúde por parte dos portugueses. Delibera ainda repudiar: o aumento do preço dos

medicamentos, os cortes no apoio ao transporte de doentes, o encerramento de centros e extensões de centros de saúde e SAP.” -----

O Senhor Presidente colocou a proposta para discussão. -----

Não houve inscrições para o uso da palavra, pelo que, o Senhor Presidente colocou a **proposta** de Moção, de imediato, a votação, a qual foi **aprovada, por maioria**, com 20 votos a favor, sendo dezanove dos eleitos da CDU, senhores Ramiro Francisco Guiomar Beja, José Élio Sucena, Paula Maria Daniel de Melo Lopes, Igor Filipe Almeida Guerreiro, Maria da Conceição Pinela Pereira, Joaquim António Gamito, Teresa Isabel Matos Pereira, Maria de Fátima Lamas José Afonso Boavida, Daniel Edgar Bernardo Silvério, Ângela Isabel Botelho Baltazar, Rui Estevam de Matos, Rui Manuel da Conceição Madeira dos Santos, Sérgio Manuel da Silva Santiago, Hélder António Pereira Nunes, Vítor Paulo de Jesus Miguel Barata, Armando Vítor Rodrigues Climas, Joaquim António Gonçalves, Pedro Miguel Candeias Pereira Gamito e Fernando Gonçalves dos Santos, e um do eleito do BE, Senhor Francisco José Alves Barbosa de Castro Roque. Seis abstenções, dos eleitos do PS, senhores Alexandre António Cantigas Rosa Maria, Dulce das Candeias Pereira Rito Almeida, Sandra Maria Brás Coelho, Fernando Augusto Pereira de Sousa e Luís de Assis Candeias de Jesus Silva do Ó e Alberto Manuel de Sousa Dias de Brito, e três votos contra, dos eleitos do PSD, senhores Nuno Alexandre Vilhena Braz, António João Antunes Isidoro e Ana Raquel Varela Hilário da Cunha Nunes. -----

Pelo Senhor Igor Guerreiro, em representação dos eleitos da CDU, foi apresentada seguinte proposta: -----

“LEI DO ORÇAMENTO DE ESTADO PARA 2012 – TOMADA DE POSIÇÃO --

Considerando que a aprovação da Lei do OE para 2012 põe a nu as reais motivações, conteúdos e objectivos que o Documento Verde da Reforma da Administração Local (conhecido como “Livro Verde) dissimula sob um punhado de frases feitas e falsos desideratos ali proclamados;-----

Considerando que às altissonantes proclamações contidas no “Livro Verde” (de que são exemplo as repetidas referências a “ganhos de escala”, “coesão territorial”, “sustentabilidade financeira”, “racionalização e eficiência”) se revela exposto contrapõe, em toda a sua exuberância e brutalidade, esta Lei de Orçamento de Estado que, em si mesma, em matéria de autarquias locais, é um exercício de condenação do poder local democrático e um ataque sem precedentes ao municipalismo e à vida democrática no plano local;-----

Considerando que a Lei do Orçamento de Estado para 2012 exhibe e impõe um modelo que, para lá da flagrante violação do principio constitucional da autonomia, exprime uma concepção centralista e de grosseira subalternização do poder local, procurando transformar as autarquias em meras dependências do poder central administradas e reguladas em matérias decisivas, (como as financeiras, orçamentais e de pessoal), a partir não das decisões dos eleitos com legitimidade para o fazer, mas sim de actos discricionários de membros do governo; -----

Considerando que esta concepção, (em flagrante contraste e negação da retórica exibida pelo “Livro Verde” sobre “reforço saudável do municipalismo”), significa que decisões como as de abertura de concursos para admissão de pessoal, de fixação da estrutura municipal ou da definição do elenco de pessoal dirigente ou de contracção de empréstimos passam a ser determinadas pelo Ministério das Finanças, num quadro conceptual de gestão local que a aproxima perigosamente daquela a que a Revolução de Abril veio pôr cobro: -----

Considerando que a Lei do Orçamento de Estado para 2012 dá um novo passo, agora qualitativamente de outro nível, no processo de asfixia financeira das autarquias, (evidenciado pela perda crescente de peso das transferências para as autarquias quando comparadas quer na sua relação com a evolução dos impostos cobrados pelo Estado, quer na sua relação com o Produto Interno Bruto), e que há já largo tempo se vem desenvolvendo ao arpejo do preceito constitucional que determina a justa partilha de recursos públicos entre os níveis central e local do Estado em flagrante violação dos regimes legais de finanças locais.-----

Considerando que, com esta lei o Governo só retira mais 120 milhões de euros aos valores transferidos pelo Orçamento de 2012 face ao de 2011, (num processo de subtracção de verbas a que as autarquias tinham direito e que ascenderá a uma verba superior a 700 milhões de euros no período de 2010 a 2012 e a cerca de 1.200 milhões de custos até 2013 se não for interrompida a aplicação do Pacto de Agressão que está a ser imposto ao país), como lança mão de novos e intoleráveis expedientes para cobrir novos roubos ao poder local; -----

Considerando que é inaceitável num estado de direito e democrático, que o Governo decida, tendo em vista não só reduzir, arbitrariamente e discricionariamente para metade os limites estabelecidos em Lei para efeitos de endividamento, (de 125 para 62.5% do montante das receitas provenientes dos impostos municipais, da participação dos municípios no FEF, da derrama e da participação nos resultados das entidades do sector empresarial local, relativas ao ano anterior), colocando, de um momento para o outro, mais de 18º municípios numa situação de “incumprimento” em que tenham alterado nenhum elemento material relevante; -----

Mais consideramos que, defraudando os mais elementares princípios da boa fé, o mesmo Governo, suportado nesse golpe, pretende justificar uma retenção de verbas que ascenderá a mais de 150 milhões de euros;-----

Considerando a intenção de roubar aos trabalhadores da administração local, (a exemplo do que sucederá nos outros níveis da administração pública e à generalidade dos pensionistas), as remunerações correspondentes aos subsídios de férias e de Natal que, a par da prorrogação das reduções salariais que vigoraram este ano e dos novos cortes nos pagamentos devidos pela prestação de trabalho extraordinário, constituirá um golpe nos rendimentos familiares com consequências não apenas nas condições de vida e dignidade de milhares de famílias como um factor de retracção na vida económica local e nas possibilidades de sobrevivência de pequenos empresários;-----

Considerando que com a drástica redução de verbas transferidas para as autarquias fica não apenas comprometida a capacidade de investimento e de resposta necessária às funções de serviço público, mas também a possibilidade de apoio e estímulo à actividade das colectividades e do movimento associativo em geral, que hoje têm como único parceiro o poder local para a múltipla e insubstituível acção de promoção do desporto da cultura e do recreio que desenvolvem; -----

Considerando que adicionalmente e para lá das retenções ilegais que a citada Lei consagra e dos pagamentos coercivos impostos a pretexto de ressarcir o Serviço Nacional de Saúde, ela determina ainda um conjunto de disposições sobre dívidas a fornecedores e a “encargos assumidos e não pagos” que, em rigor, podem significar a absoluta impossibilidade de gestão financeira e orçamental de um número significativo de autarquias; -----

Considerando que a chamada “reorganização administrativa” destinada à liquidação, (pomposamente disfarçada no Livro Verde sobre a designação de “agregação”), de quase duas mil freguesias, constitui em si mesmo um deliberado factor de empobrecimento da

dimensão democrática e participada do poder local e do valor que representa a alargada intervenção de cidadãos na gestão da vida pública local, (uma redução de quase 20 mil eleitos da intervenção cívica e política), e um visível reflexo das concepções antidemocráticas instaladas no Governo; -----

Considerando ainda que esta “reorganização” não é determinada por nenhuma intenção séria de dignificar e elevar a eficácia da gestão das autarquias, (o que pressuporia, como linha condutora essencial, o fortalecimento das condições, meios e instrumentos postos à disposição do poder local e não a sua sonegação), ou de “modernizar” a administração do território (que exigiria, para ser levada a sério, não um processo cego de liquidação de centenas de autarquias mas sim a concretização do processo de regionalização); -----

Considerando que com esta reforma o que se pretende é minorizar o poder local e a expressão democrática de representação e participação política, (e não a cínica invocação de “melhoria da eficácia”), atingindo pela extinção coerciva as freguesias e por um maquiavélico processo de asfixia e inviabilidade financeira, (Que o Orçamento de Estado testemunha), a liquidação de dezenas de municípios; -----

Considerando, por fim, que se pretende ainda impor a subversão do sistema de eleições dos órgãos municipais para assegurar a constituição de executivos mono cores à custa da liquidação do seu carácter plural e democrático e das condições de fiscalização e controlo democráticos, num quadro em que, no fundamental, o actual regime provou ser não apenas um factor de governabilidade e estabilidade, mas também um espaço de cooperação e trabalho comum de eleitos de diversas forças políticas. -----

A Assembleia Municipal de Santiago do Cacém, reunida em sessão ordinária realizada no dia 16 de Dezembro de 2011, adota a seguinte posição:-----

1. Rejeitar o chamado “Livro Verde” para a reforma da administração local por este se constituir como um instrumento orientado para a liquidação do poder local democrático e das suas características mais progressistas;-----

2. Manifestar a sua mais viva oposição à Lei de Orçamento de Estado que se afirma, nas suas disposições, como um meio de impor limitações inaceitáveis à autonomia das autarquias e de consagrar cortes de financiamento incompatíveis com o pleno direito de exercício das suas atribuições e competências;-----

3. Rejeitar a campanha de condicionamento da opinião pública para a minorização do poder local e de fomento da desconfiança sobre os eleitos, destinada a justificar um ataque que em última instância, é dirigido contra as populações e se destina a iludir o contributo insubstituível que as autarquias deram para a melhoria das condições de vida e o progresso local traduzido numa obra que, não isenta de insuficiências, está à vista e comprova o seu papel como o factor principal de investimento local e de rentabilização das verbas postos à sua disposição;-----

4. Alertar as populações, o movimento associativo local, os trabalhadores das autarquias e os agentes económicos locais para as consequências nas condições de vida e nos condicionamentos ao desenvolvimento e progresso locais que daqui resultarão;-----

5. Sublinhar que este ataque ao poder local é um ataque dirigido às populações, aos seus direitos e legítimas aspirações a uma vida digna, é inseparável da ofensiva que ao mesmo tempo extingue serviços públicos e nega o direito à saúde, tudo num processo de desertificação e abandono que a liquidação das freguesias só acentuará;

6. Manifestar a inteira solidariedade aos trabalhadores das autarquias atingidos nos seus rendimentos, direitos e estabilidade de emprego quer pelas disposições do

Orçamento de Estado relativas a matéria salarial ou de carreira, quer pela ameaça decorrente da extinção de centenas de freguesias; -----

7. Apelar à mobilização, ao protesto e à manifestação dos legítimos sentimentos de indignação por parte da população e dos trabalhadores contra estas medidas e estes objectivos, sublinhando que essa luta é parte integrante do direito e do dever dos portugueses de exigirem a rejeição do Pacto de Agressão que, imposto pelo estrangeiro e subscrito pelos promotores da política de direita, ameaça e compromete o futuro dos portugueses e do país.” -----

O Senhor Presidente colocou a proposta para discussão. -----

Interveio o Senhor Alexandre Rosa, referindo que os eleitos do PS não se identificavam com a linguagem do texto por considerarem que a mesma tinha uma acentuada conotação ideológica, nem votavam questões gerais e em abstracto. -----

Acrescentou que embora tenham a noção de que o *livro verde* contém posições com as quais discordam, nada tinham a opor contra o princípio genérico de reorganizar o território, considerando que deverá ser analisado caso a caso as reformas a fazer. Mais referiu que os eleitos do PS estão disponíveis para integrarem um grupo de trabalho, constituído pelas diferentes Forças Políticas com representação na Assembleia Municipal, para analisar a situação no Município com vista a uma tomada de posição formal, face às propostas indicadas naquele documento.-----

Referiu ainda que a questão da redução dos salários não deverá ser tratada pela Assembleia Municipal de forma restrita, devendo a sua posição incidir na política global sobre salários.-----

Concluiu, referindo que para além da linguagem, o conteúdo transversal do documento dificultava a interligação das questões abordadas, mas que, tendo em conta que o mesmo refere matérias que os preocupam, o sentido de voto dos eleitos do PS iria ser a abstenção. -----

Interveio o Senhor José Sucena, eleito da CDU, referindo que tinha ouvido com atenção as intervenções anteriores, chegando à conclusão de que a principal razão da abstenção dos eleitos do PS, a qual não foi referida pelo Senhor Alexandre Rosa, era o facto de no documento se rejeitar o *Pacto de Agressão imposto ao País*, o qual foi assinado, entre outros, pelo PS.-----

O Senhor Rui Madeira, eleito da CDU, referiu que considerava a linguagem do documento em apreço bastante branda comparativamente à que foi usada pelo Vice-Presidente do PS, no Congresso da ANAFRE - Associação Nacional de Freguesias, onde os representantes das freguesias expressaram a sua discordância relativa às reformas previstas no *livro verde*, numa tomada de posição conjunta, a qual só não obteve a unanimidade, porque houve duas abstenções de eleitos do PSD. -----

Acrescentou que a medida que prevê a redução de freguesias não é aceitável, dado que são estas que colmatam muitas falhas na sociedade, promovendo a participação das pessoas no associativismo, apoiando e desenvolvendo iniciativas locais, resolvendo muitos problemas dos cidadãos, porque são elas que estão mais perto da população, sendo que, nalgumas localidades, são a única Instituição a quem os cidadãos podem recorrer, e representam para o País, em termos de dívida, um valor igual a zero. -----

Mais referiu que, em Lisboa, não houve unanimidade na redução e agregação de freguesias, sendo que, em sua opinião, esta medida vai criar um vazio ainda maior em muitas localidades.-----

O Senhor Alexandre Rosa referiu que era capaz de subscrever o que foi dito pelo Senhor Rui Madeira se o mesmo estivesse escrito no documento, acrescentando que o que consta naquele é uma posição de rejeição do chamado *livro verde*, numa linguagem que

reflecte as opções políticas de um determinado Partido e que se pretende que seja a posição da Assembleia Municipal. Mais referiu que os eleitos do PS discordam da forma como é apresentada a política de extinção das freguesias e não aceitam todos os aspectos da Reforma da Administração Local nele contida, mas concordam com algumas medidas, tal como aconteceu relativamente ao Acordo com a troika. -----

Interveio o Senhor Francisco Roque, referindo que da análise do texto em discussão, para além da linguagem muito marcada pelas características da CDU, a sua preocupação é com o objectivo concreto daquela medida da troika, bem como da movimentação e rapidez deste tipo de estudos, os quais visam a redução das transferências para as autarquias já no ano de dois mil e doze. Acrescentou que, se a redução das freguesias fosse uma questão apenas de racionalidade económica a redução de custos até se podia traduzir numa poupança que permitiria um aumento das verbas para as autarquias que possibilitaria a prestação de outros serviços públicos, mas, em sua opinião, o interesse não é esse, e mais livros verdes poderão surgir; os livros verdes para a Saúde, Educação, Transportes e outros, sendo que o resultado final será a redução de transferências e também de serviços públicos. -----

Referiu ainda que apesar de não por em causa a necessidade de uma reorganização administrativa do território e até a eventual agregação de freguesias, como aconteceu em Lisboa, o que lhe parecia é que a extinção e reorganização anunciada era um meio para justificar as políticas neste âmbito e não um princípio que vise qualquer tipo de regionalização, mas somente um centralismo necessário para implementar as políticas das medidas anunciadas que visam, fundamentalmente, a poupança de recursos por parte do Estado em todos os sectores; Saúde, Educação, Transportes e também nas transferências para as Autarquias. -----

Mais referiu que iria votar a favor da proposta, apesar de não concordar com todos os pressupostos e considerandos, porque o sentido geral da mesma era claro e forte, indo de encontro à sua posição sobre as matérias em causa. -----

Interveio novamente o Senhor José Sucena, referindo que tal como ainda não houve uma tomada de posição oficial do PS sobre a intenção do Governo de reduzir os feriados, nomeadamente o 1º de Dezembro e o 5 de Outubro, datas históricas de afirmação da liberdade e da soberania popular do País, percebia que o PS tomasse a posição que expressou relativamente à extinção das freguesias, independentemente da história e da tradição. -----

Acrescentou não entender que algumas freguesias de Lisboa tenham que desaparecer, quando todas elas têm vida e têm uma dinâmica que está bem expressa no facto de todas as Forças Políticas concorrerem sempre que há eleições e de as pessoas nelas votarem, porque é aos eleitos das freguesias que os cidadãos recorrem quando têm problemas, dado que são os eleitos que estão mais perto das populações. Acrescentou que a população residente naquelas freguesias são pessoas envelhecidas, doentes, com dificuldades de mobilidade e com poucos recursos, as quais agora terão de se deslocar a distâncias maiores, para ter acesso à sede da freguesia, sendo que na sua maioria estão impossibilitados de o fazer, devido às difíceis acessibilidades e às condicionantes físicas e económicas que atrás referiu, resultantes das medidas tomadas por mentes iluminadas que não querem saber, nem da história do País, nem das tradições, e muito menos das dificuldades das pessoas idosas, porque os senhores que mandam no País apenas se interessam pelas questões de ordem material. -----

Mais referiu que quem leu o *livro verde* sabe que está lá tudo o que o documento em discussão contesta, acrescentando que este é transversal, porque o *livro verde* também o

é, contendo as linhas orientadoras das leis que irão ser votadas na Assembleia da República sobre as matérias em causa.-----

Referiu ainda discordar, em absoluto, dos executivos municipais monocores que os eleitos do PS defendem, porque ele e os outros eleitos da CDU são intrinsecamente democráticos, considerando que a não participação nos executivos municipais de diferentes forças políticas lhes irá retirar massa crítica e a sua condição plural.-----

Não havendo mais inscrições para o uso da palavra, o Senhor Presidente colocou a **proposta** a votação, a qual foi **aprovada, por maioria**, com vinte votos a favor, sendo dezanove dos eleitos da CDU, senhores Ramiro Francisco Guiomar Beja, José Élio Sucena, Paula Maria Daniel de Melo Lopes, Igor Filipe Almeida Guerreiro, Maria da Conceição Pinela Pereira, Joaquim António Gamito, Teresa Isabel Matos Pereira, Maria de Fátima Lamas José Afonso Boavida, Daniel Edgar Bernardo Silvério, Ângela Isabel Botelho Baltazar, Rui Estevam de Matos, Rui Manuel da Conceição Madeira dos Santos, Sérgio Manuel da Silva Santiago, Hélder António Pereira Nunes, Vítor Paulo de Jesus Miguel Barata, Armando Vítor Rodrigues Climas, Joaquim António Gonçalves, Pedro Miguel Candeias Pereira Gamito e Fernando Gonçalves dos Santos e um do eleito do BE, Senhor Francisco José Alves Barbosa de Castro Roque. Seis abstenções dos eleitos do PS, senhores Alexandre António Cantigas Rosa Maria, Dulce das Candeias Pereira Rito Almeida, Sandra Maria Brás Coelho, Fernando Augusto Pereira de Sousa, Luís de Assis Candeias de Jesus Silva do Ó e Alberto Manuel de Sousa Dias de Brito, e três votos contra dos eleitos do PSD, senhores Nuno Alexandre Vilhena Braz, António João Antunes Isidoro e Ana Raquel Varela Hilário da Cunha Nunes. -----

----- **INICIATIVA SOLIDÁRIA – SAUDAÇÃO** -----

O Senhor Joaquim Gonçalves, eleito da CDU, interveio para saudar a iniciativa da empresa Petrogal em colaboração com a Câmara Municipal, a qual consistiu na oferta de cabazes de Natal a pessoas carenciadas do Município. Acrescentou que em conjunto com alguns voluntários procedeu à distribuição de cabazes na Freguesia de S. Domingos, tendo testemunhado a alegria das pessoas que os receberam. -----

----- **DELIBERAÇÃO DA ERC – ENTIDADE REGULADORA PARA A COMUNICAÇÃO SOCIAL – ACESSO AOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO AUTÁRQUICOS PELAS DIFERENTES FORÇAS POLÍTICAS** -----

O Senhor Alexandre Rosa, eleito do PS, referiu que trazia este assunto à Assembleia Municipal, dado que se tratava de uma questão que tinha alimentado o debate na última semana, a qual tinha a ver com a reivindicação dos eleitos do PS na Câmara e na Assembleia Municipal, por entenderem que seria legítimo, democrático e um sinal de pluralismo da Autarquia que as diferentes forças políticas pudessem ter acesso aos meios de comunicação do Município; ao Boletim Municipal, ao Sítio da Câmara Municipal e ao programa “Porta Aberta”, na Antena Miróbriga, não para fazer política partidária, mas para dar conta da sua actividade como autarcas.-----

Acrescentou que no Município de Lisboa todos os eleitos, independentemente da sua opção partidária, têm acesso aos meios de informação. -----

Mais referiu que os eleitos do PS recorreram aos mecanismos legais existentes, neste caso à ERC, para expor esta situação, a qual deliberou o seguinte, passando a citar: “1. *Instar a Câmara Municipal de Santiago do Cacém a pugnar por uma maior abertura às diferentes forças políticas que intervêm na vida pública da autarquia, promovendo o pluralismo através da participação daquelas sensibilidades políticas nos meios de comunicação autárquicos, designadamente no “Santiago do Cacém – Informação*”

Municipal”, no sítio electrónico oficial da autarquia de Santiago do Cacém e no programa radiofónico “De Porta Aberta”. -----

Acrescentou que pensavam que este apelo da ERC podia ter algum eco junto da Câmara Municipal e que passasse a haver alguma abertura, mas, como teve oportunidade de verificar, no sítio da Antena Miróbriga, o Senhor Presidente da Câmara Municipal declarou não estar disponível para aceitar esta sugestão, o que não podia deixar de lamentar, questionando em seguida o Senhor Presidente da Câmara sobre as razões que o levavam a manter a posição de não franquear o acesso àqueles meios de informação por parte dos eleitos de outras forças políticas, apesar da deliberação da ERC, quando o que se pretendia era somente tratar da actividade municipal, e se admitia alterar esta posição. Recordou ainda o que atrás tinha sido dito pelo eleito da CDU, Senhor José Sucena, sobre a importância da prática da democracia, num diálogo franco e aberto, e da impossibilidade da sua prática por órgãos executivos que não sejam plurais. -----

O Senhor Presidente passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal o qual referiu que deixaria para mais tarde a resposta às questões colocadas.-----

O Senhor Alexandre Rosa referiu que gostaria de prosseguir com a discussão do assunto depois de ter a resposta do Senhor Presidente, mas que o iria fazer mesmo assim, referindo que, tendo em conta a posição do Senhor Presidente da Câmara Municipal sobre esta questão constante no documento publicado no sítio da Antena Miróbriga, o qual citou: *“os órgãos de comunicação autárquicos não podem ser confundidos com órgãos de comunicação regionais e locais” e “não vai dar espaço, nem páginas seja a que partido for, ...”* e que *“quem tem o estatuto de oposição são os partidos...”*, referiu que gostaria de confrontar esta posição com parte do conteúdo da Directiva 1/2008 da ERC sobre as publicações municipais que passou a ler *“ 8. Tratando-se de publicações de titularidade pública e sujeitas ao respeito pelo princípio do pluralismo e ao princípio de equilíbrio de tratamento entre as várias forças políticas presentes nos órgãos municipais,... ”* -----

Mais referiu que foi com base nesta Directiva que a eleita da CDU, em Vila Nova de Gaia, Ilda Figueiredo, recorreu à ERC, expondo a sua legítima reivindicação, no sentido de ser publicada no Boletim Municipal ao qual tem acesso, parte de um texto que tinha sido omitida. Acrescentou que se tratava de uma situação similar à que os eleitos do PS têm vindo a reivindicar, em Santiago do Cacém, manifestando uma vez mais a discordância dos eleitos do PS com esta teimosia da Câmara Municipal, ao considerar que aos meios de comunicação municipais só têm acesso os vereadores com pelouros, impedindo os restantes eleitos de transmitirem por aquela via a sua opinião sobre a actividade autárquica.-----

Concluiu, referindo que esta era a nota de profundo desagrado que queria deixar relativamente à atitude da Câmara Municipal sobre esta matéria. -----

O Senhor José Sucena referiu que a sua camarada Ilda Figueiredo tinha feito aquela reclamação e que também outras forças políticas o têm feito, noutras câmaras municipais, e que o poder de decisão sobre esta matéria pertencia ao Presidente da Câmara. Acrescentou que os boletins municipais não eram órgãos da Comunicação Social e que os mesmos existiam para dar informação, através de papel, das actividades das câmaras municipais, as quais não são partidárias. Mais referiu que não vai contra nenhuma regra democrática o Presidente da Câmara Municipal entender que o Boletim Municipal é para informar sobre a actividade municipal, para a qual todos os vereadores contribuem, acrescentando que as pessoas sabem que o Executivo Municipal é composto por quatro eleitos da CDU, dois do PS e um do PSD. -----

Reportando à deliberação da ERC, passou a citar matéria constante nos números quarenta e sete, quarenta e oito e quarenta e nove da mesma: “ 47. ... *no que se refere ao pluralismo que deve orientar as publicações autárquicas, ..., verifica-se que o Boletim Municipal de Santiago do Cacém e o sítio electrónico da autarquia não possuem quaisquer referências às posições das diversas forças políticas com presença nos órgãos autárquicos.*-----

48. *Todavia, caberá aos responsáveis editoriais a escolha dos meios que considerem mais adequados à edificação do espaço plural que se propugna para uma publicação de natureza institucional pública, em harmonia com a orientação editorial abraçada, a qual estará sempre vinculada ao interesse público que enquadra a existência da publicação.*-----

49. *Apesar daquela presença exclusiva de elementos pertencentes a uma única força política e dos conteúdos veiculados terem por base a actuação da autarquia, reconhecendo-se que a forma de tratamento dos vários assuntos não é confundível com o plano da luta político-partidária, conformando-se com os limites da actividade autárquica.*” -----

Mais referiu que, do exposto, se podia concluir que o Boletim Municipal não faz propaganda, não vincula informação partidária, e informa sobre as iniciativas municipais. -----

Acrescentou também que a ERC *insta* a Câmara Municipal e que o parecer não é vinculativo, cabendo a esta decidir sobre as recomendações feitas. -----

Interveio o Senhor Daniel Silvério, referindo que não tinha percebido o que os eleitos do PS no Executivo Municipal queriam ao pedir a Sala de Sessões para uma Conferência de Imprensa, ficando agora a saber que era para falar sobre o assunto em discussão. Acrescentou que se fosse para falar sobre o encerramento dos centros de Saúde no Município, da suspensão de comboios, da redução do número de freguesias, do ataque aos trabalhadores com os cortes no subsídio de férias e do Natal e a não aplicação do aumento do Salário Mínimo acordado com o anterior governo, medida que se traduz num roubo aos mesmos, de quinze euros por mês, o que, ao fim de um ano, equivale a um subsídio de Natal. Se assim fosse, os eleitos do PS teriam a sua solidariedade a cem por cento, e votaria favoravelmente uma moção que fosse apresentada sobre o assunto. -

O Senhor Nuno Brás, eleito do PSD, referiu que depois de ouvir a troca de argumentos entre os eleitos da CDU e do PS, recordou a problemática levantada durante o Governo do PS que envolvia jornalistas e órgãos da Comunicação Social, considerando que se tratava de um exemplo de práticas que não deviam existir no País. -----

Interveio novamente o Senhor Alexandre Rosa, começando por referir que a questão a que o Senhor Nuno Brás aludiu, a qual envolveu a Jornalista Manuela Moura Guedes, era algo que ainda não fora devidamente esclarecido como surgiu, lamentando a sua introdução no meio da discussão de um assunto tão sério.-----

Mais referiu que os eleitos do PS nunca pediram o acesso aos meios de comunicação do Município para tratar de questões partidárias, mas sim para dar a conhecer as actividades dos Vereadores eleitos, por considerarem que as actividades autárquicas dos Vereadores, quer sejam eleitos da CDU, do PS ou do PSD, todas, sem excepção, podem e devem ser comunicadas através dos meios de comunicação do Município.-----

Referiu também saber que a ERC não manda nos meios de comunicação municipais, daí pugnar no sentido da Câmara Municipal permitir o acesso dos eleitos das diferentes forças políticas àqueles meios, sendo a mesma livre de o fazer. Acrescentou que se a Câmara Municipal não acatar a recomendação da ERC, será uma manifestação clara de que não aceita a pluralidade na divulgação da actividade autárquica daqueles eleitos. ----

Referiu ainda que os eleitos do PS são livres para criticar o facto da Maioria não querer pugnar pela abertura dos meios de comunicação da autarquia, a não ser que se pense que só quem tem actividade na Autarquia são os Vereadores com competências delegadas, acrescentando que, se assim for, não se percebe a oposição aos executivos monocolores, considerando que nesta discussão se revelaram várias contradições e incongruências e que, desta forma, fica feito o protesto dos eleitos do PS, os quais continuarão a pugnar por uma mudança de atitude nesta matéria. -----

O Senhor Presidente concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que começou por informar que na sequência da queixa apresentada pelo senhores Vereadores do PS à ERC, esta solicitou um conjunto de elementos à Rádio Local “Antena Miróbriga” que a Câmara Municipal também já tinha fornecido. Acrescentou que a ERC, no ponto dois da sua deliberação sobre o assunto, instou a Câmara Municipal a rever o Protocolo existente com aquela estação de Rádio, admitindo que o mesmo tenha que ser avaliado. -----

Mais referiu compreender as preocupações expostas na Assembleia e que gostaria que a ERC pudesse fazer valer as questões de pluralismo nos órgãos da Comunicação Social nacionais e regionais e sobretudo nas televisões, onde os painéis de comentadores são tudo menos imparciais. -----

Relativamente ao ponto um da mesma deliberação, informou que a Câmara Municipal continuará a seguir aquele que considera ser um bom caminho; a não partidarização do Boletim Municipal, divulgando através do mesmo as actividades institucionais que o Presidente da Câmara Municipal e os vereadores com competências delegadas desenvolvem, reflectindo assim o que foi a vontade dos munícipes nas eleições. Acrescentou que os restantes vereadores, sem competências delegadas, estão abrangidos pelo Estatuto da Oposição, do qual os partidos são titulares. -----

Referiu ainda que esta era a segunda queixa apresentada pelo Senhor Vereador Arnaldo Frade, sendo que a primeira foi à Comissão Nacional de Eleições, pelo facto de constar no Boletim Municipal uma fotografia do Presidente da Câmara Municipal com o Secretário Geral do PCP, numa visita institucional deste ao Município. Queixa esta que a CNE mandou arquivar. Mais referiu que a sua postura tem sido de recepção e apresentação de cumprimentos a todos os dirigentes políticos que visitam o Município, independentemente das forças políticas que representam, acrescentando que tem tido a mesma atitude em relação a outras entidades, assim como no que respeita à cedência de instalações municipais e apoios solicitados pelos diferentes partidos, para a realização de iniciativas. -----

Informou ainda que o Relatório do Estatuto de Oposição tem sido, sucessivamente, aprovado, por unanimidade, na Câmara Municipal e que tem tido um cuidado extremo no tratamento da informação autárquica, no sentido da mesma não ser partidarizada, dado que também pugna pelo pluralismo e para que este seja praticado noutros locais onde são excluídas outras Forças Políticas. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal passou a palavra ao Senhor Vereador Arnaldo Frade, eleito do PS, que a solicitou para se pronunciar sobre este assunto, começando por referir que tinha sido autor da exposição à ERC e que a matéria colocada não foi sobre a linguagem utilizada nos meios de comunicação do Município, tinha sim a ver com a abertura dos meios de comunicação à Oposição, esclarecendo também que as questões colocadas pela ERC à Rádio Antena Miróbriga não decorreram da sua exposição. -----

Mais referiu discordar da situação existente no País, em que as forças políticas que estão em maioria no poder vedam às minorias a possibilidade destas desenvolverem e

divulgarem as suas actividades, enquanto eleitos, quer seja o PS, PSD, CDU ou BE, todos, em geral. -----

Acrescentou que ninguém punha em causa que o Presidente da Câmara Municipal representa o Município. -----

Mais referiu, a propósito da questão da representação, que a Lei nº 40/2006, de 25 de Agosto, no número dois do artigo terceiro estabelece o seguinte: “*A representação dos órgãos de composição pluripartidária deve incluir sempre membros da maioria e da oposição.*”-----

CIDADE DE SANTIAGO DO CACÉM – ILUMINAÇÃO DE NATAL-----

A Senhora Dulce Rito, eleita do PS, referiu lamentar que não tenha sido colocada qualquer iluminação na Cidade relativa à quadra festiva do Natal, questionando sobre os custos para colocar a estrela iluminada no Castelo, como acontecia nos anos anteriores, ou algo que faça lembrar que é Natal, acrescentando que, se o valor for elevado irá propor aos membros da Assembleia para contribuírem, prescindindo, para o efeito, da senha de presença. -----

-----ORDEM DO DIA: -----

1. Expediente -----

Foi dado conhecimento da relação do expediente que deu entrada nos Serviços da Assembleia Municipal, desde a última Sessão Ordinária que teve lugar no mês de Setembro, até meados de Novembro de dois mil e onze, documento que é dado como reproduzido na presente acta com o número dezanove, ficando arquivado na pasta anexa ao livro de actas, depois de rubricado pelos membros da Mesa.-----

2. Actas-----

O Senhor Presidente colocou para discussão a **Acta nº 04**, da sessão ordinária de vinte e três de Setembro de dois mil e onze. -----

Interveio o Senhor Luís do Ó, eleito do PS, que apresentou a seguinte **“DECLARAÇÃO:**-----

Uma Acta, cujo nome vem do latim, é um instrumento no qual se reproduzem todos os actos e factos passados numa reunião. Não é sinónimo de guerras partidárias nem de divisões entre visões políticas. Sinceramente, pensei que a insólita situação que ocorrera na Assembleia Municipal de 29 de Abril de 2011 e que motivara uma inusitada audição da gravação das declarações que realizara na Assembleia Municipal de 18 de Fevereiro tivesse ficado esclarecida e sanada na Assembleia Municipal de 17 de Junho, onde foi reconhecido pela Mesa que tudo o que eu afirmara ter dito tinha sido realmente dito. A parte substantiva ficou, então, esclarecida. Foi com novo espanto que li a mais recente proposta de Acta, relativa à Assembleia Municipal de 23 de Setembro último, e verifiquei que o Senhor José Sucena optou por nova tomada de posição relativamente a esta questão. Mesmo a contragosto e apenas para que fique registado para memória futura – penso que todos nós teremos coisas bem mais úteis com que dedicar o tempo – cumpre-me clarificar três aspectos:-----

Primeiro: Nunca estive em causa a legalidade da decisão da Mesa voltar a escutar a gravação com as minhas declarações. O que estive em causa foi a ausência de memória colectiva da parte de dezanove deputados municipais e o não aceitar que um deputado municipal melhor descrevesse o que havia afirmado. O acto de questionar, não aceitar e decidir voltar a escutar a gravação de uma reunião não é habitual – em centenas de reuniões em que participei foi a primeira vez a que assisti a algo do género – e, segundo

me foi garantido, poderá ter sido a primeira vez que tal sucedeu numa Assembleia Municipal de Santiago do Cacém. -----

Segundo: O Senhor José Sucena dedica-se a um exercício contabilístico, deveras bizarro, mas, sublinhe-se, totalmente dentro da legalidade, em que conta as palavras das minhas declarações na Assembleia Municipal de 18 de Fevereiro e afirma que existiam “noventa e uma palavras, salvo melhor contagem, a negrito, situação estranha, desde logo porque a oralidade não permite a quem elabora a acta conhecer ou distinguir a cor do que foi dito para trasladar para o texto”. Confesso a minha perplexidade perante esta apetência numérica e, sobretudo, a referência ao uso do negrito. Além do negrito marcar presença em todas as Actas que recebi desta Assembleia, desde o dia em que tomei posse, convém esclarecer o Senhor José Sucena que eu não sou Secretário desta Assembleia, nem sequer pertença à Mesa, porquanto, se algo de estranho existe na formatação do texto da Acta terá de manifestar essa estranheza à própria Mesa da Assembleia! Desconheço o porquê desse texto a negrito, porém, posso imaginar que, talvez, tenha sido essa a forma que a Mesa encontrou para que os membros desta Assembleia distinguissem as alterações na redacção dessa Acta. -----

Terceiro: Apesar de toda esta situação ser mais da esfera pessoal – isto respeita, apenas à redacção de uma Acta! – o Senhor José Sucena optou por incluir a política nesta questão ao afirmar que “ninguém do PS nunca se congratula com o trabalho do Executivo”. Claro que são muitas as discordâncias com as políticas que são seguidas em Santiago do Cacém. E é totalmente normal e saudável que em democracia os diversos partidos tenham projectos, visos e estratégias diferentes sobre aquilo que é melhor para as populações. Porém, dizer que nunca ninguém do PS se congratula com o trabalho do Executivo é falso. E é falso, inclusivamente, em relação às minhas declarações que constam dessa Acta. Provavelmente uma menor dedicação a contagens de caracteres teria permitido verificar que se encontra registado o meu “agrado pela importante intervenção que a Câmara Municipal estava a desenvolver no Centro Histórico da Cidade.” -----

Interveio o Senhor José Sucena, referindo lamentar que o Senhor Luís do Ó não tenha entendido que quando falou estava a metaforizar. -----

Acrescentou que se congratulava com a construção do texto apresentado. -----

Interveio o Senhor Vítor Paulo Barata, para indicar uma correcção pontual numa sua intervenção, na página doze da acta em apreço. -----

Não havendo mais inscrições para o uso da palavra, o Senhor Presidente colocou a **Acta** a votação, a qual foi **aprovada, por maioria**, com vinte e sete votos a favor, sendo dezanove dos eleitos da CDU, cinco de eleitos do PS, dois de eleitos do PSD, e um do eleito do BE, e duas abstenções, do Senhor Luís de Assis Silva do Ó, eleito do PS, e do Senhor António Isidoro, eleito do PSD, por não terem estado presentes naquela sessão. -

3. PROPOSTAS DA CÂMARA MUNICIPAL -----

--- a) Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2012;-----

O Senhor Presidente concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que apresentou e fundamentou a seguinte **“PROPOSTA: Um -Aprovar as Grandes Opções do Plano e Orçamento Dois Mil e Doze, documentos previsionais definidos no ponto 2.3 do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, publicado em anexo ao Decreto-Lei nº 54-A/99, de 22 de Fevereiro.*- -----**

FUNDAMENTOS: Conforme o disposto na alínea c) do nº 2 do artº 64 da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro.” -----

*documento que é dado como reproduzido na presente acta com o número vinte, ficando arquivado na pasta anexa ao livro de actas, depois de rubricado pelos membros da Mesa. O Senhor Presidente da Câmara Municipal referiu ainda que as Grandes Opções do Plano assentavam no programa do mandato, em curso, compreendendo um conjunto de opções mencionadas nos documentos, tendo em conta o contexto financeiro real e objectivo que o País vive e os municípios em particular, os quais tem visto diminuir, nos últimos anos, as transferências do Orçamento de Estado, contrariamente ao que foi prometido pelo anterior 1º Ministro quando afirmou que, se a receita do IVA, IRS e IRC subisse, o Governo seria solidário com os municípios, através do aumento das transferências, mas, o que se verificou, nos últimos dois anos, é que a arrecadação da receita pela Administração Central, por via daqueles impostos, passou de setenta e sete, para cento e setenta milhões de euros, enquanto as transferências para a Administração Local passou, somente, de dois vírgula três, para dois vírgula quatro milhões de euros, agravando a desigualdade entre os recursos do Governo e os recursos dos Municípios, sendo que a redução do valor das transferências para o Município de Santiago do Cacém, nos dois últimos anos, foi de um milhão e seiscentos mil euros, verba bastante significativa. Acrescentou que, se tivesse sido cumprida a Lei das Finanças Locais, em vigor, os municípios teriam recebido, naquele período, mais oitocentos e quarenta milhões de euros. Mais referiu que a esta situação negativa acresce agora o aumento da carga fiscal, com a subida do IVA de seis para vinte e três por cento, o que só em energia se traduzia num acréscimo da despesa corrente que se estima em duzentos e cinquenta mil euros, acrescentando que os municípios estão a pagar a iluminação pública das estradas nacionais que devia ser imputada às Estradas de Portugal. ----- Referiu também o acréscimo de encargos para os municípios relativos ao Serviço Nacional de Saúde, os quais não sabem exactamente o que estão a pagar. ----- Referiu ainda que os investimentos feitos pelo Município, no sentido de melhorar a qualidade de vida dos cidadãos, nomeadamente na qualidade do ambiente, nos avanços do sistema de recolha e tratamento dos resíduos sólidos urbanos, cujo valor a pagar à empresa Ambital tem vindo a subir, estando previsto para o próximo ano um montante de setecentos mil euros, assim como a comparticipação para a empresa Águas Públicas do Alentejo que se estima em cento e vinte mil euros, só no referente à água em alta, porque quando se começar a pagar o saneamento poderá atingir um milhão de euros, tem levado a um acréscimo significativo das despesas correntes. ----- Acrescentou que se está perante um quadro de grandes dificuldades, a todos níveis, devido à retracção económica, as quais se reflectem também na diminuição das receitas da Derrama e do IMT, acrescentando que neste contexto têm que ser feitas opções de intervenção, desde logo, num conjunto significativo de redução das acções a desenvolver no próximo ano, a exemplo do que tem vindo a ser feito desde dois mil e dez. Contudo, referiu que se vai continuar a investir, não se prevendo a suspensão de nenhuma obra em curso, seguindo uma linha condutora que aposta na qualificação urbana, melhorando os espaços públicos, para tornar os centros urbanos mais atractivos para a fixação de pessoas e captação de investimentos para o Município, nomeadamente a intervenção na via de acesso às Ruínas de Miróbriga, na Sede do Município, nos eixos estruturantes e no Parque Central da Cidade de Vila Nova de Santo André, na segunda fase da requalificação de S. Francisco da Serra, e nas restantes freguesias do Município, onde estão previstas acções que nem sempre são identificadas nos documentos previsionais.-----

Acrescentou que são significativas as verbas a despendem em investimentos que visam a qualidade ambiental como, por exemplo, os mais de duzentos mil euros na nova ETAR das Ademas.-----

Referiu ainda que não se pode olhar apenas para a obra física, porque o Município intervem em outras áreas da maior importância e que obrigam a um esforço de investimento muito significativo, tais como; a revisão do Plano Director Municipal, a criação do Centro de Apoio às Empresas, em conjunto com a ADRAL, e protocolado com o IAPMEI e outras entidades, o apoio às Associações de Bombeiros, à Associação dos Serviços Sociais dos Trabalhadores das Autarquias, bem como as verbas a atribuir às onze freguesias do Município, e ainda as que são dispendidas nos transportes escolares de alunos de todos os ciclos de escolaridade, até o pré-escolar, embora este não seja da competência da Autarquia, acrescentando que esta acção representa um esforço enorme dada a extensão territorial do Município e a dispersão dos aglomerados habitacionais (muitas crianças vivem nos montes), compreendendo gastos anuais no valor de setecentos mil euros, sem contar com os honorários dos funcionários, combustível e desgaste das viaturas. -----

Mais referiu que acrescia ainda outras verbas importantes a despendem nomeadamente, na limpeza das praias, no apoio às associações desportivas, na Cultura, para a qual se estima uma verba de oitocentos e trinta e três mil euros, nos meios informáticos, para os quais está previsto um montante de quase novecentos mil euros, sendo estes da maior importância para uma resposta rápida aos cidadãos, compreendendo também vários espaços de acesso gratuito à internet, na Educação, dotada de uma verba que ultrapassa um milhão e seiscentos mil euros, e outros valores consideráveis para os espaços verdes. Referiu ainda o investimento de um milhão e seiscentos mil euros previsto para a obra da nova ETAR de Cercal do Alentejo, na qual, embora seja executada pela empresa Águas Públicas do Alentejo, a Câmara Municipal irá participar através do pagamento do tarifário.-----

Concluiu, referindo que não existem documentos previsionais perfeitos e que os documentos em apreço não estavam isentos de crítica. Acrescentou que as previsões são feitas num contexto difícil, mas baseados numa grande seriedade e tendo em conta os interesses da população, apostando nos investimentos que façam a diferença na sua qualidade de vida, acreditando que, apesar da situação difícil que se vive, a Câmara Municipal terá capacidade para dar resposta às populações, até porque, os investidores privados continuam a apostar no Município, dando como exemplos, a venda, recente, de um terreno, em Hasta Pública, na Cidade de Vila Nova de Santo André, por seiscentos e dez mil euros, e a inauguração de dois empreendimentos; um no Monte do Carapetal, Freguesia de Alvalade e o outro no Monte do Giestal, Freguesia de Abela, para além de outros investimentos. -----

Acrescentou que, no âmbito da elaboração dos documentos previsionais, foram realizadas reuniões com as populações, nas onze freguesias do Município, e três plenários com os trabalhadores da Autarquia, para além das avaliações feitas com os Serviços Técnicos. -----

O Senhor Presidente colocou a proposta para discussão. -----
Interveio o Senhor Alberto de Brito, questionando sobre a diferença dos valores de correntes e de capital relativos às transferências para as Juntas de Freguesia, constantes na página nove e nas páginas oitenta e um e oitenta e cinco. E as razões porque foram retiradas as acções relativas à ETAR de Vale da Eira, as infraestruturas da Rua 8, Rua do Porto Batel e Jardim de Ermidas Sado, as quais constavam no plano plurianual do ano em curso. -----

Mais questionou, se a ETAR de Ermidas vai ser construída, tal como foi dito na reunião que teve lugar na Sede daquela Freguesia, e onde consta no documento em apreço. -----
O Senhor Presidente concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que começou por a passar ao Director de Administração e Finanças, Dr. José Pereira, no sentido deste prestar alguns esclarecimentos técnicos, o qual referiu que os montantes constantes na página nove do documento são “verbas livres” e de matérias protocoladas com as Juntas de Freguesia, enquanto as verbas constantes nas paginas oitenta e um e oitenta e cinco são dotações globais do Orçamento, PPI e AMRs, que não constam na página nove.-----

Relativamente às outras questões colocadas pelo Senhor Alberto de Brito, o Senhor Presidente da Câmara Municipal informou que as acções referidas foram retiradas, devido às opções tomadas face às retracções financeiras, e que as mesmas serão novamente consideradas nos documentos previsionais futuros.-----

Sobre a ETAR de Ermidas, esclareceu que na reunião referida foi dito que a empresa Águas Públicas do Alentejo iria desenvolver os projectos relativos às ETARs de Alvalade, Ermidas-sado e Cercal do Alentejo, este último previsto para o próximo ano, acrescentando que a Câmara Municipal diligenciará junto daquela empresa no sentido dos outros projectos avançarem em dois mil e treze. -----

A Senhora Raquel Hilário, eleita do PSD, questionou, se o Executivo considerou incluir valores para despesas em intervenções nos espaços exteriores do Pré-Escolar da EBI - Frei André da Veiga, e nalgumas escolas do 1º Ciclo de Santo André, bem como para o alargamento das refeições e actividades em períodos não lectivos, sobretudo para os alunos das escolas do Primeiro Ciclo e Pré-Escolar.-----

Questionou ainda sobre o valor previsto para apoiar as actividades da Escola Tecnológica do Litoral Alentejano, o que até compreendia, mas que lhe parecia bastante elevado comparativamente ao valor de outras rubricas de apoio à Educação. -----

Solicitou também esclarecimentos sobre a verba prevista para a SANTIAGRO (cento e cinquenta e três mil euros), considerando que este valor comportava a maior parte do investimento, e também sobre o montante constante na rubrica Outros.-----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal passou a palavra à Senhora Vereadora Margarida Santos que informou que estava previsto o sombreamento do espaço junto ao Pré-escolar da EBI – Frei André da Veiga, mas nas escolas de Santo André ainda não era possível fazer a intervenção, devido a questões logísticas do espaço. -----

Mais informou que os refeitórios escolares continuarão a funcionar para o Pré-escolar e que nas interrupções lectivas as situações serão analisadas com os Agrupamentos. -----

Acrescentou que nas férias da Páscoa e nas férias grandes continuarão a ter lugar as iniciativas desportivas, a animação de Verão, no Rio da Figueira, para crianças de todas as freguesias do Município, os ateliers nas bibliotecas e no Museu, entre outras.-----

Sobre a verba prevista para a ETLA, informou que a mesma resultava da quota da Câmara Municipal e de outros compromissos assumidos. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal passou em seguida a palavra ao Senhor Vereador José Rosado, o qual informou sobre a questão colocada relativa à SANTIAGRO, começando por referir que devia ser tido em conta que metade da verba prevista reverterá como receita, das entradas e do aluguer de espaços. -----

Acrescentou que a verba inscrita em Outros Serviços se destina ao pagamento dos espectáculos e ocupação dos pavilhões semi-cobertos, para exposição de animais. -----

PRIMEIRO PERÍODO DE PROLONGAMENTO DOS TRABALHOS -----

Atingidas que foram as vinte e quatro horas, o Senhor Presidente colocou à consideração da Assembleia Municipal o prolongamento dos trabalhos, por mais trinta minutos, conforme o disposto no Regimento, não tendo havido objecções. -----

Interveio o Senhor Nuno Braz, eleito do PSD, começando por referir que quando participou na reunião com a Câmara Municipal, no âmbito do Estatuto da Oposição, para análise do assunto em apreço, ficou a perceber o esforço brutal dos cortes que terão que ser feitos. -----

Acrescentou que não se devia transferir todo o ónus da situação para o Governo, porque os municípios que ficam em situação de incumprimento também têm culpa, esclarecendo que a sua afirmação não tinha a ver com a situação de Santiago do Cacém. Relativamente ao Acordo sobre a criação do Centro de Apoio às Empresas, questionou se existia algum Regulamento sobre esta matéria, acrescentando que era de evitar situações como as que têm acontecido noutros locais, onde os custos são tão elevados que nenhuma empresa se instala. -----

Referiu ainda o seu agrado pela concretização desta acção. -----

Mais referiu sobre o Orçamento que, de um modo geral, se poderia ter ido mais além em alguns cortes na despesa, apostando na eficiência. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal passou a palavra ao Senhor Vereador Álvaro Beijinha, o qual informou que estava a ser preparada uma proposta de Regulamento para o Centro de Apoio às Empresas. -----

Mais informou que foi, recentemente, protocolado com a AERSET, a disponibilização de um terreno na ZIL de Santo André, destinado à instalação de empresas com investimento estrangeiro, sobretudo da América do Sul. -----

Acrescentou que estão em curso vários investimentos no Município e outros foram recentemente inaugurados, nomeadamente a fábrica de pellets, em Cercal do Alentejo, um Turismo Rural, em Abela, um Hotel Rural na freguesia de Vale de Água, perto de Vale das Éguas, e estão sendo avaliados outros projectos que poderão vir a ser concretizados, mesmo na actual conjuntura económica. -----

Interveio a Senhora Dulce Rito, eleita do PS, questionando sobre o montante a mais que será dispendido com a empreitada da Estrada das Ruínas de Miróbriga, tendo em conta que a obra não ficará concluída, no ano em curso, como estava previsto. -----

Referiu também a sua preocupação relativamente ao novo Cemitério da sede do Município, do qual se fala, há trinta anos, verificando que está previsto um estudo geológico para um cemitério em conjunto com Santo André. -----

Solicitou ainda esclarecimentos sobre os montantes da dívida aos fornecedores, o tempo médio dos pagamentos, e se fazia parte das opções da Câmara Municipal a redução desta dívida. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal informou relativamente à EM 550 (Estrada das Ruínas de Miróbriga) que do valor da obra que estava previsto, novecentos e vinte e três mil euros, estará por concluir um volume de trabalho que corresponderá a setecentos e vinte mil euros. -----

Mais informou que a Câmara Municipal deliberou a resolução sancionatória da empreitada com a empresa Guedol, a qual tinha adjudicado a obra, dado que a mesma entrou em processo de insolvência, estando previsto para o dia vinte e três de Dezembro, do ano em curso, a Posse Administrativa da obra à qual se seguirá o lançamento de um concurso público normal, com vista à sua conclusão. -----

Relativamente ao novo Cemitério Municipal, informou que a sua localização obedece a várias condicionantes que estão regulamentadas, as quais são apreciadas por uma

Comissão, da qual fazem parte várias entidades, acrescentando que foram indicadas duas localizações, uma das quais foi rejeitada pela Comissão, tendo sido considerada a localização, cujo terreno faz parte da herdade do Gilbardino, perto do Hospital do Litoral Alentejano, sendo que a dotação constante nos documentos se destina aos estudos hidrogeológicos. -----

Sobre os montantes em dívida aos fornecedores, informou não ter presente os valores exactos, mas que os mesmos poderão ser fornecidos oportunamente. -----

Interveio o Senhor Francisco Roque, eleito do BE, começando por referir que gostaria de dar alguns contributos e que houvesse abertura por parte da Câmara Municipal para os considerar e avaliar a viabilidade de os implementar, sendo que parte deles era mais um lamento, dado que há seis anos que os vem colocando. -----

Sugeriu que no futuro se regressasse à forma antiga, no referente à concepção dos documentos previsionais em apreço, de forma a que os mesmos contenham mapas comparativos dos resultados dos anos anteriores, acrescentando que no Orçamento não existia um mapa que ajudasse à análise comparativa das despesas e receitas agregadas. -

Referiu a importância das intervenções no âmbito da regeneração urbana na Sede do Município e na Cidade de Vila Nova de Santo André, mas considerou que pode haver um risco de desequilíbrio no investimento na área urbana e no investimento na área rural, dado que a última não tem beneficiado do forte investimento que tem vindo a ser concretizado na primeira, apelando para que seja desenvolvido um programa mais concertado e de forma transversal, no sentido de responder aos problemas comuns das freguesias. -----

Referiu ainda que gostaria de se poder regozijar, se da mesma forma como todos os anos é mencionado o investimento significativo no software informático, se se comesse, de igual modo, a referir a poupança nesta rubrica, porque existe essa possibilidade caso a Câmara Municipal recorresse ao software livre, como a própria bancada do PCP tem defendido na Assembleia da República, o que representaria, em termos de custos para um posto de trabalho, a diferença entre gastar, de trinta a cem euros e um gasto zero. ---

Mais referiu que outra preocupação que tem vindo a colocar se prendia com a racionalização dos custos energéticos e ambientais através de uma maior eficiência dos equipamentos municipais, acrescentando que esta preocupação foi colocada num documento aprovado por todos na Assembleia Municipal, onde se recomendava à Câmara Municipal que constituísse um Grupo de Trabalho, no sentido do mesmo elaborar um estudo que resultasse da análise da situação existente e apurasse onde se podia fazer redução de custos e medidas a tomar neste âmbito, o qual podia incidir nomeadamente na frota da Autarquia, nos espaços verdes; poupando na conservação e no consumo de água, no sistema de climatização da Biblioteca Municipal de Santo André, edifício com muitos vidros, e que, com uma solução simples de sombreamento se podia melhorar a situação, poupando energia no ar condicionado e dando mais qualidade ao próprio espaço, a exemplo do que tem vindo a ser feito noutras autarquias e instituições diversas. -----

Mais referiu que a conjuntura actual no País, de condicionamento do ponto de vista de financiamento através da assistência externa, não é favorável, e que as transferências para as autarquias têm vindo a reduzir, de forma significativa, enquanto se verificam aumentos brutais nos custos sociais e outros. Acrescentou que a situação que vivemos era fruto dos anos em que se alimentou uma estrutura parasita, de administradores, assessores e outros, e das ajudas do Estado ao BPN (dois mil milhões de euros) que tem vindo a referir. -----

Concluiu, referindo que as autarquias têm que ter noção do condicionamento financeiro existente, o qual obriga a uma redução dos custos e a uma escolha mais criteriosa dos investimentos a efectuar. -----

SEGUNDO PROLONGAMENTO DOS TRABALHOS -----

Atingidas que foram as zero horas e trinta minutos, o Senhor Presidente colocou à consideração da Assembleia o prolongamentos dos trabalhos por mais trinta minutos, de acordo com o Regimento, não tendo sido levantadas objecções. -----

O Senhor Presidente concedeu novamente a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que, relativamente aos assuntos abordados pelo Senhor Francisco Roque, começou por referir a questão dos investimentos nas zonas urbanas e nas zonas rurais, a qual considerou pertinente, acrescentando que ninguém teria dúvidas sobre a importância dos dois principais centros urbanos do Município, a Cidade de Santiago do Cacém e a Cidade de Vila Nova de Santo André, as quais se situam ao nível de Beja e de Portalegre no Plano de Regional de Ordenamento do Território e, em conjunto com a Cidade de Sines, estão no topo da hierarquia das cidades do Alentejo. Recordou ainda que a Câmara Municipal já foi criticada por não investir nas cidades e o fazer nas freguesias, acrescentando que o grande problema das freguesias é a falta de emprego. --- Mais referiu que nos documentos previsionais em apreço estão previstos vários investimentos nas freguesias e chamou a atenção para as obras que têm sido feitas nas mesmas, nas últimas décadas e desde a criação do Poder Local Democrático, fruto do trabalho de gerações de grandes autarcas que o Município tem tido. ----- Recordou ainda as recentes palavras de apreço do Senhor Luís do Ó, eleito do PS, sobre os investimentos no centro Histórico da Sede do Município e a importância dos mesmos. -----

Relativamente às sugestões sobre a poupança energética, referiu que serão consideradas e que as mesmas vinham reforçar as preocupações do Executivo Municipal, informando que estão em curso várias acções neste âmbito, as quais visam também o cumprimento das metas previstas no Pacto dos Autarcas. -----

Prosseguindo a discussão sobre os documentos previsionais, interveio o Senhor Alexandre Rosa, eleito do PS, começando por questionar sobre a percentagem da transferência do Orçamento de Estado para a despesa com os transportes escolares, a fim de avaliar o esforço do Município e o esforço da Administração Central relativa aos setecentos mil euros previstos para aquela acção. -----

Mais questionou sobre os montantes globais da dívida acumulada do Município relativa às participações para as associações que integra designadamente, a AMBILITAL, a CIMAL e a REGI, e qual o plano de tratamento dessas dívidas. -----

Relativamente ao que foi dito sobre as ETARs, considerou que era preciso saber diferenciar, na discussão, que o que estava a ser apreciado eram os documentos previsionais do Município e não os da empresa Águas do Alentejo, e que, não sendo aquelas obras do Município, não estavam inscritas no seu Orçamento. Acrescentou que a realização daquelas obras compreendia verbas do orçamento comunitário, do orçamento das famílias e do orçamento municipal. -----

Referiu ainda que corroborava a sugestão do Senhor Francisco Roque, eleito do BE, sobre a apresentação dos dados comparativos nos documentos previsionais, para que se possa, de uma forma simples, apreender a evolução das situações. -----

Referiu também que tinha a noção da situação de crise que se vive na Europa, no País e no Município, considerando que o momento não era nada fácil para quem tem de gerir

instituições públicas, acrescentando que, neste contexto, o Município tinha pela frente uma situação complexa, de fortes restrições, a qual tinha de ser ajustada, acrescentando que lhe parecia um pouco incongruente com o discurso das dificuldades existentes que fosse elaborado um Orçamento de Receita igual ao que se vai gastar, quando devia haver uma folga. -----

Mais referiu que se tratava de um Orçamento irrealista, dado que no mesmo se prevê a arrecadação de uma Receita de cerca de trinta e sete milhões de euros, considerando que a mesma não se irá realizar, tendo em conta que a receita de dois mil e dez foi de vinte e quatro milhões de euros e até Setembro de dois mil e onze foi de dezanove milhões, pelo que, se estava perante um valor, de mais treze milhões de euros relativamente a dois mil e dez, ou seja, um valor superior em cerca de cinquenta a sessenta por cento. Acrescentou que, se o Orçamento da Despesa estiver certo, o Município não vai cumprir as suas obrigações e não terá possibilidade de executar um conjunto de acções, questionando o Senhor Presidente da Câmara Municipal sobre as perspectivas de concretização do Orçamento para dois mil e doze, a fim de perceber, se o que se estava a discutir era um orçamento real que a Câmara poderá cumprir ou se era apenas uma amostra dessa intenção. -----

Acrescentou que os eleitos do PS faziam uma apreciação negativa do Orçamento em discussão, por considerarem que o mesmo não era realista, não deixando contudo, de realçar o esforço que a Câmara Municipal tem feito e as preocupações, de grande transparência, de clareza e verdade referidas pelo Senhor Presidente na sua intervenção, mas que, em sua opinião, não correspondiam ao que era apresentado nos documentos em apreço. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal informou que, relativamente aos transportes escolares, o Governo assumiu o compromisso, aquando da alteração do ensino obrigatório, do sexto para o nono ano, de custear o acréscimo desta despesa, sendo que a transferência média relativa à mesma se situa nos quinze por cento. -----

Sobre os montantes em dívida às associações intermunicipais, informou que é uma preocupação do Executivo Municipal e que estão sendo tomadas medidas com vista à sua redução. -----

Em relação às ETARs, referiu que a sua preocupação maior é que as obras sejam concretizadas e colocadas ao serviço das populações. -----

Acrescentou que quem vai pagar as obras da ETAR do Cercal são as populações, dado que a Câmara Municipal disponibilizou o terreno, elaborou o projecto e subscreveu o Capital Social da Empresa Águas do Alentejo. -----

Mais informou que, recentemente, acompanhou o Senhor Presidente da AMBAAL numa delegação que se deslocou a Lisboa, para reunir com a Senhora Ministra da Agricultura, Mar Ambiente e Ordenamento do Território, com o objectivo de colocarem as preocupações relativas à questão das águas e renegociação dos acordos existentes. Acrescentou que o desenvolvimento deste assunto ficou para mais tarde, dadas as alterações em curso naquele Ministério. -----

Sobre a Receita, referiu que se tratava de uma previsão, a qual podia ser irrealista tanto por defeito como por excesso, dado que não existem documentos previsionais perfeitos. Mais referiu que o Executivo Municipal terá a preocupação de gerir os dinheiros públicos o melhor possível, controlando e reduzindo os gastos. -----

Não havendo mais inscrições para o uso da palavra, o Senhor Presidente colocou a **proposta** a votação, a qual foi **aprovada, por maioria**, com vinte e dois votos a favor, sendo dezanove dos eleitos da CDU, senhores Ramiro Francisco Guiomar Beja, José Élio Sucena, Paula Maria Daniel de Melo Lopes, Igor Filipe Almeida Guerreiro, Maria

da Conceição Pinela Pereira, Joaquim António Gamito, Teresa Isabel Matos Pereira, Maria de Fátima Lamas José Afonso Boavida, Daniel Edgar Bernardo Silvério, Ângela Isabel Botelho Baltazar, Rui Estevam de Matos, Rui Manuel da Conceição Madeira dos Santos, Sérgio Manuel da Silva Santiago, Hélder António Pereira Nunes, Vítor Paulo de Jesus Miguel Barata, Armando Vítor Rodrigues Climas, Joaquim António Gonçalves, Pedro Miguel Candeias Pereira Gamito e Fernando Gonçalves dos Santos, ----- e três dos eleitos do PSD, senhores Nuno Alexandre Vilhena Braz, António João Antunes Isidoro e Ana Raquel Varela Hilário da Cunha Nunes.-----

Cinco votos contra, dos eleitos do PS, senhores Alexandre António Cantigas Rosa Maria, Dulce das Candeias Pereira Rito Almeida, Sandra Maria Brás Coelho, Fernando Augusto Pereira de Sousa e Luís de Assis Candeias de Jesus Silva do Ó.-----

Duas abstenções, uma do eleito do BE, Senhor Francisco José Alves Barbosa de Castro Roque e outra do Senhor Alberto Manuel de Sousa Dias de Brito, eleito do PS.-----

JUSTIFICAÇÕES DE VOTO: Pelo Senhor Alberto de Brito, eleito do PS, foi feita a seguinte **declaração de voto:** “Excepto algumas obras que transitam do presente ano por não terem sido concluídas em devido tempo, o investimento previsto para o próximo ano é paupérrimo. Contudo, esperando que com alguns pequenos apoios se possa fazer alguma justiça, abstenho-me.” -----

Pelo Senhor José Sucena, em representação dos eleitos da CDU, foi apresentada a seguinte **declaração de voto:** “As Grandes Opções do Plano para 2012, consagram e em alguns casos reforçam, apesar das difíceis, quase trágicas, condições em que as autarquias irão desenvolver a sua actividade no próximo ano, mas também nos seguintes, não se sabendo quantos, as linhas mestras da intervenção da CDU em Santiago do Cacém que, repetidamente, têm merecido a concordância e o apoio das Populações. -----

Na verdade, com o objectivo que lhe é fundamental, enquanto meio para a dignificação do homem e o exercício pleno da liberdade individual, o Executivo assegurará a todos o acesso à educação e à cultura e apoio ao movimento associativo e promoverá a ocupação dos tempos livres das crianças do Concelho. Assegurará também o fornecimento de água, e o saneamento e limpeza urbanos com o adequado tratamento, garantindo, assim, a salubridade do Concelho e, em consequência, um melhor meio ambiente e uma melhor qualidade de vida.-----

E assegurará a qualificação e requalificação do vasto património histórico do Concelho e a construção ou melhoria das infra-estruturas dos aglomerados rurais.-----

Assegurará, ainda, o desenvolvimento de medidas que irão proporcionar a dinamização económica possível nas actuais circunstâncias.-----

Finalmente, assegurará aos trabalhadores do Município qualidade nas condições de trabalho e a dignificação da função, por si e enquanto forma de atenuar as consequências dos sacrifícios que centralmente lhes são impostos. -----

Quanto ao Orçamento para 2012, ele reflecte o corte de quase 600 mil euros em relação a 2011, que já havia sofrido um corte de cerca de um milhão de euros. Mas também a diminuição do montante dos empréstimos; a diminuição em cerca de 700 mil euros em iniciativas; e a assunção da realização da Santiago que durante três dias irá proporcionar o conhecimento e dinamização económica do Concelho, fundamental na actual situação do país, e não a austeridade sobre austeridade, com um custo perfeitamente justificado de 75 mil euros, já que à despesa total deve ser retirada a receita em bilheteira, aluguer de terrados e publicidade. -----

E também mantém as verbas para as Freguesias, apesar do corte nas transferências centrais, além de outras verbas orçamentadas para execução directa pelo Município, o

que irá permitir às juntas de Freguesia e aos respectivos executivos prestar os indispensáveis serviços e apoios às populações.-----
Continuem !” -----

--- b) Mapa de Pessoal para 2012;-----

O Senhor Presidente concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que a passou à Senhora Vereadora Margarida Santos, com competências delegadas nesta matéria, a qual apresentou e fundamentou a seguinte “**PROPOSTA:** Aprovar o Mapa de Pessoal para o ano 2012. * -----

FUNDAMENTOS De facto: Tendo em conta a missão, as atribuições, a estratégia, os objectivos fixados, as competências das unidades orgânicas e os recursos financeiros disponíveis, devem ser planeadas, aquando da preparação do orçamento, as actividades, de natureza permanente ou temporária, a desenvolver durante a sua execução e elaborado o mapa de pessoal que contem a indicação do número de postos de trabalho necessários para o desenvolvimento dessas actividades. -----

O mapa de pessoal é aprovado, mantido ou alterado pela Assembleia Municipal. -----

De direito: De acordo com os artigos 4.º e 5.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro e artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro, na redacção da Lei n.º 3-B/2010, de 28 de Abril.” -----

* Documento que é dado como reproduzido na presente acta com o número vinte e um, ficando arquivado na pasta anexa ao livro de actas, depois de rubricado pelos membros da Mesa. -----

O Senhor Presidente colocou a proposta para discussão. -----

Interveio o Senhor Alexandre Rosa, eleito do PS, sugerindo que, no futuro, o documento viesse acompanhado de uma nota que informasse sobre as modificações introduzidas relativamente ao ano anterior. -----

Não havendo mais inscrições para o uso da palavra, o Senhor Presidente colocou a **proposta** a votação, a qual foi **aprovada, por maioria**, com vinte e um votos a favor, sendo dezanove dos eleitos da CDU, senhores Ramiro Francisco Guiomar Beja, José Élio Sucena, Paula Maria Daniel de Melo Lopes, Igor Filipe Almeida Guerreiro, Maria da Conceição Pinela Pereira, Joaquim António Gamito, Teresa Isabel Matos Pereira, Maria de Fátima Lamas José Afonso Boavida, Daniel Edgar Bernardo Silvério, Ângela Isabel Botelho Baltazar, Rui Estevam de Matos, Rui Manuel da Conceição Madeira dos Santos, Sérgio Manuel da Silva Santiago, Hélder António Pereira Nunes, Vítor Paulo de Jesus Miguel Barata, Armando Vítor Rodrigues Climas, Joaquim António Gonçalves, Pedro Miguel Candeias Pereira Gamito e Fernando Gonçalves dos Santos, e dois dos eleitos do PSD, senhores Nuno Alexandre Vilhena Braz e Ana Raquel Varela Hilário da Cunha Nunes. -----

Seis abstenções, sendo cinco dos eleitos do PS, senhores Alexandre António Cantigas Rosa Maria, Sandra Maria Brás Coelho, Fernando Augusto Pereira de Sousa, Luís de Assis Candeias de Jesus Silva do Ó e Alberto Manuel de Sousa Dias de Brito, e uma do eleito do BE, Senhor Francisco José Alves Barbosa de Castro Roque. -----

AUSÊNCIA TEMPORÁRIA, da Senhora Maria Dulce das Candeias Pereira Rito Almeida, eleita do PS. -----

TERCEIRO PERÍODO DE PROLONGAMENTO DOS TRABALHOS -----

Atingida que foi a uma hora, o Senhor Presidente colocou à consideração da Assembleia Municipal o prolongamento dos trabalhos, por mais trinta minutos, conforme o disposto no Regimento, não tendo havido objecções. -----

--- c) **Lista de Candidatos a Juizes Sociais (artº 36 do Decreto Lei nº 156/78, de 30 de Junho);** -----

O Senhor Presidente concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que a passou ao Senhor Vereador Álvaro Beijinha, com competências delegadas neste âmbito, o qual apresentou e fundamentou a seguinte “**PROPOSTA:** Aprovar a lista de 32 candidatos a Juiz Social do Município de Santiago do Cacém.* -----

FUNDAMENTOS: 1. Dar continuidade ao trabalho desenvolvido pelos juizes Sociais no âmbito dos Tribunais de Menores;-----

2. Dar cumprimento ao Decreto-Lei nº 156/78 de 30 de Junho; Lei nº 147/99, de 1 de Setembro e Lei 169/99, de 14 de Setembro.” -----

* Documento que é dado como reproduzido na presente acta com o número vinte e dois, ficando arquivado na pasta ao livro de actas, depois de rubricado pelos membros da Mesa.

O Senhor Presidente colocou a proposta para discussão. -----

Interveio o Senhor Alexandre Rosa, eleito do PS, que referiu algumas questões pontuais sobre os procedimentos relativos à votação. -----

Não havendo mais inscrições para o uso da palavra, o Senhor Presidente colocou a **proposta** a votação, a qual foi aprovada, **por maioria, através de escrutínio secreto**, com vinte e cinco votos a favor, três votos em branco e zero votos nulos.” -----

---d) **Relatório – Actualização do Diagnóstico Social do Município de Santiago do Cacém”.**-----

O Senhor Presidente concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que deu conhecimento à Assembleia Municipal da proposta aprovada pelo Plenário do Conselho Local de Acção Social de Santiago do Cacém em 14 de Julho de 2011, com as alterações introduzidas pelos parceiros da Rede Social deste Município. * -----

*documento que é dado como reproduzido na presente acta com o número vinte e três, ficando arquivado na pasta anexa ao livro de actas, depois de rubricado pelos membros da Mesa. -----

Sobre este assunto interveio a Senhora Paula Lopes, eleita da CDU, que começou por referir que o documento mostrava a realidade do Município, em vários sectores, e as necessidades, recursos e potencialidades do mesmo que podem e devem ser aproveitadas. Acrescentou que em relação ao sector da Saúde identificava nomeadamente, a falta de médicos de família e de materiais em algumas extensões de Saúde, os horários de funcionamento das mesmas que não respondem às necessidades das populações, os tempos de espera pelas consultas, a instabilidade dos profissionais de saúde, devido à precariedade dos vínculos contratuais, a falta de farmácias em algumas freguesias. -----

Mais referiu que o documento identificava também alguns pontos fracos, bastante preocupantes, designadamente a falta de emprego nas freguesias, situação que atinge sobretudo o sexo feminino e os jovens, a falta de incentivos para a fixação destes no Município, a insuficiente rede de transportes públicos e o elevado preço dos mesmos, entre outros problemas de acessibilidades que leva a um cada vez maior isolamento geográfico das populações. -----

No sector da Educação salientou a diminuição da população estudantil no ensino básico e secundário, o encerramento de escolas e o elevado número de crianças apoiadas pela Acção Social Escolar, remetendo para os valores constantes na página oitenta e sete do documento.-----

No âmbito Social, a falta de equipamentos para responder ao crescente número de idosos e a falta de habitação social. -----

Reportou ainda à falta de efectivos policiais e à conseqüente insegurança das populações.-----

Concluiu, referindo que o documento abordava outras questões da maior importância que era preciso conhecer, as quais são determinantes na qualidade de vida das populações. Acrescentou que importava também ter em conta o período económico difícil que se vive, considerando que, mais do que nunca, é preciso que as redes sociais colaborem umas com as outras, para fazer face aos graves problemas que se colocam neste âmbito.-----

Interveio o Senhor Alexandre Rosa, eleito do PS, o qual realçou a importância do documento para a actividade autárquica, considerando que se tratava de um vasto documento que faz o diagnóstico social do concelho, sendo um instrumento relevante para a Câmara Municipal ajustar as suas políticas sociais.-----

O Senhor Rui Madeira, eleito da CDU, referiu a importância da elaboração do documento e o esforço que foi desenvolvido para a sua concretização, salientando o contributo das comissões sociais das freguesias e o trabalho que as mesmas têm desenvolvido no terreno.-----

Acrescentou que se tratava de um documento que terá de ser actualizado com regularidade, tendo em conta a dinâmica da comunidade.-----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que se tratava de um documento de actualização da situação social do Município que importava conhecer, acrescentando que os dados constantes no mesmo deverão ser cruzados com os dados de outras entidades.-----

Informou ainda que a Rede Social do Município se tem vindo a alargar, contando actualmente com oitenta e três sócios.-----

4. ACTIVIDADE AUTÁRQUICA-----

O Senhor Presidente concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que apresentou a Informação das actividades da Câmara Municipal de Agosto, Setembro e Outubro de dois mil e onze, documento que é dado como reproduzido na presente acta com o número vinte e quatro, ficando arquivado na pasta anexa ao livro de actas, depois de rubricado pelos membros da Mesa.-----

Interveio o Senhor Rui Madeira, eleito da CDU, referindo o seu agrado pelo papel desenvolvido pela Câmara Municipal no licenciamento do novo lagar, em Alvalade, investimento da empresa INOLIVA, assim como as intervenções no parque de feiras e mercados daquela Vila e na repavimentação de algumas ruas.-----

Concluiu, fazendo um convite a todos os presentes para efectuarem as suas compras de Natal, em Alvalade.-----

MOÇÕES DA CIMAL – COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO ALENTEJO LITORAL-----

Interveio o Senhor Alexandre Rosa, eleito do PS, para dar conhecimento dos assuntos tratados na última reunião da CIMAL constantes nas duas Moções aprovadas, tendo em conta a sua importância, sendo que uma se refere a questões de acessibilidades no Litoral Alentejano, nomeadamente às preocupações relativas às obras da A26 (IP8), no sentido de se assegurar que não vão haver retrocessos nas mesmas; o atraso na construção do IC4, tendo em conta a sua importância para completar a rede rodoviária de ligação, pela costa, ao Algarve, e para uma ligação rápida do Município de Odemira

ao Hospital do Litoral Alentejano, bem como a sua importância estratégica na promoção e coesão do território; o traçado da linha ferroviária de mercadorias Sines-Linha do Sul e Sines- Poceirão-Elvas que ligará o Porto de Sines a Espanha, no sentido de se saber onde será feita a amarração da mesma e tendo em conta o problema da diferença entre a bitola da linha ferra portuguesa e a da linha férrea espanhola. -----
Mais informou que a Direcção da CIMAL solicitou ao Senhor Ministro da Economia a marcação de uma reunião para expor estas preocupações antes que sejam tomadas decisões definitivas que possam não servir os interesses do Porto de Sines e da Região.-
Referiu que a outra Moção tratava da questão do Matadouro do Litoral Alentejano, da importância deste equipamento industrial para o sector de produção animal e para o desenvolvimento económico da Região. -----

BOAS FESTAS-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal e o Senhor Presidente da Câmara Municipal desejaram a todos os presentes um Bom Natal e um Bom Ano Novo. Os eleitos presentes agradeceram e retribuíram.-----
Não havendo mais assuntos a tratar, foi lida pela Senhora Primeira Secretária a relação em minuta das deliberações tomadas na presente Sessão, a constar em acta. -----
Após a leitura foi a mesma colocada à discussão pelo senhor Presidente, não se tendo verificado inscrições para o fazer. -----
Em seguida procedeu-se à sua votação, tendo sido aprovada, por unanimidade. -----
Os trabalhos foram declarados encerrados pelo senhor Presidente, era uma hora e vinte e cinco minutos do dia dezassete de Dezembro de dois mil e onze. -----
Desta Sessão se lavrou a presente acta que vai ser assinada pelos membros da Mesa. ----

